

Sexta-Feira, 26 de Junho de 2026

## **Júlio Campos propõe programa para levar energia solar a conjuntos habitacionais de baixa renda**

**Projeto de alcance social**

Redação com assessoria

O vice-presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, deputado Júlio Campos (União Progressista), apresentou nesta quarta-feira (4) um projeto de lei que cria o Programa Estadual de Incentivo à Energia Solar em Conjuntos Residenciais para Moradores de Baixa Renda. A proposta busca democratizar o acesso à energia limpa e mais barata, especialmente em bairros periféricos, distritos e comunidades rurais do estado.

Segundo Júlio Campos, embora a energia solar fotovoltaica represente 21% da oferta nacional e Mato Grosso responda por 6,5% da potência instalada, os benefícios da redução tarifária quase não chegam às populações mais vulneráveis. “Com a energia solar fotovoltaica todos saem ganhando. É uma forma de oferecer conforto com economia e respeito ao meio ambiente”, destacou.

O projeto prevê financiamento pela Agência de Fomento do Estado (Desenvolve MT), além de suporte técnico do governo estadual, com engenheiros e eletricistas auxiliando na implementação. O deputado ressaltou que o principal custo da instalação — as placas solares — tem apresentado redução significativa de preço, especialmente por serem produzidas em larga escala, em sua maioria na China.

“Mato Grosso tem uma das maiores incidências solares do Brasil. O consumo médio de energia por residência aqui é 40% superior ao nacional, por causa do clima. Não há como abrir mão de ventilador, ar-condicionado, geladeira ou freezer, mas é possível pagar menos e ainda usar energia limpa”, explicou Júlio Campos.

O parlamentar também lembrou que a energia gerada pode exceder o consumo da própria residência e ser usada como crédito para outras moradias com o mesmo CPF ou para abater faturas futuras em até 60 meses. Além disso, contribui para reduzir a dependência de hidrelétricas e termelétricas, diminuindo os impactos ambientais.

A proposta tramitará nas comissões permanentes da Assembleia e, se aprovada, poderá representar um avanço na inclusão energética da população de baixa renda em Mato Grosso.